



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

PARECER: 539/2024–G3P/ML

ASSUNTO: ANÁLISE DE CONCESSÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00003598/2020-72-e

EMENTA: 1. **PENSÃO MILITAR.** ÓRGÃO: PMDF. LEI Nº 10.486/2002. EXCLUSÃO DA CORPORACÃO (MORTE FICTA). BENEFICIÁRIA: FILHA MENOR DE 21 ANOS. **DECISÃO Nº 4.361/2020.** ACÓRDÃO Nº 831.993-TJDFT. ANULAÇÃO DO ATO ELETRÔNICO. SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS INDEVIDOS. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONTINUIDADE DOS PAGAMENTOS INDEVIDOS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. **DECISÃO Nº 1.993/2021.** CUMPRIMENTO PARCIAL DA DECISÃO Nº 4.361/2020. **DECISÃO Nº 1.233/2022.** REINSTRUÇÃO DOS AUTOS. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **CUMPRIMENTO PARCIAL** DA DECISÃO Nº 4.361/2020, SUPERADA A DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ITEM II.E DA DECISÃO Nº 4.361/2020, COM **DETERMINAÇÃO, E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.**
3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF, COM AJUSTES NAS PROPOSIÇÕES.**

1. Tratam os autos em epígrafe acerca de **pensão** instituída pelo ex-militar Renato Wilson Martins Silveira, matrícula nº 19.930-3, excluído da Corporação em 1º/10/2006, a bem da disciplina (morte ficta), concedida a Emilly dos Santos Martins (**filha menor de 21 anos**), com fulcro nos arts. 37, **caput**, 39, §1º, 53 e 36, §3º, I, da Lei nº 10.486/2002 conforme ato publicado no DODF de 20/7/2012, retificado em 20/7/2012 e 23/7/2012.

2. De início, cumpre rememorar que a pensão militar foi revogada pela Portaria nº 744, de 18/7/2012, publicada no DODF de 20/7/2012, tendo sido restabelecido por força da decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.005449-2, conforme Portaria nº 746, publicada no DODF de 23/7/2012.

3. Posteriormente, conforme observado no andamento da ação principal (Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.018103-3), **a beneficiária não alcançou o provimento jurisdicional pretendido para a manutenção dos proventos, com decisão transitada em julgado em 8/12/2015.**

4. Assim, o Tribunal proferiu a **Decisão nº 4.361/2020** (Peça 8), que decidiu:

*“I – considerar **ilegal** a concessão em exame, com recusa de registro, em face do trânsito em julgado da Ação nº 2012.01.1.018103-3 desfavoravelmente à pensionista; II – determinar ao jurisdicionado que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas: a) tornar sem efeito o ato publicado no DODF de 23/07/2012 (Portaria nº 746, de 20 de julho de 2012), que restabeleceu a pensão, tendo em vista o trânsito em julgado da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 desfavoravelmente à interessada; b) anular, no SIRAC, o Ato nº 002731-1; c) **suspender os pagamentos referentes à concessão em***



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

exame de pensão, em cumprimento ao decidido na Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3; d) apurar, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas à pensionista em razão de decisão precária proferida nos autos da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 e do AGI 2012.00.2.005449-2, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão nº 661/2015, além das quantias pagas sem aparo em decisão judicial, em razão do trânsito em julgado desfavorável à beneficiária; e) indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno deste Tribunal; III – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para as providências de sua alçada.” Grifo original.

5. O Corpo Técnico destacou que foram cumpridas as determinações contidas nos itens II.a, II.b e II.c da Decisão nº 4.361/2020. Acrescentou que a jurisdicionada solicitou prorrogação de prazo para atendimento dos itens II.d e II.e da mencionada Decisão.

6. Diante do exposto, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 1.993/2021¹** (Peça 24), após tomar conhecimento das providências adotadas pela jurisdicionada e considerar cumpridos os itens II.a, II.b e II.c, reiterou a diligência quanto aos itens não atendidos.

7. A Unidade Técnica mencionou que a Corporação encaminhou em resposta a documentação juntada nas Peças 27 a 36 deste Processo.

8. Sobre os esclarecimentos prestados pela Corporação, o Corpo Instrutivo pontuou, segundo a Informação nº 65/2021-DIFIPE2 (Peça 37), o que se segue:

“12. No Ofício Nº 233/2021 - PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSTEC, de 06/08/2021, em atenção ao determinado na Decisão nº 1993/2021, de 26/05/2021, a PMDF encaminhou cópia digitalizada de planilha referente aos valores recebidos por Emilly dos Santos Martins, de março 2012 (quando a pensão fora restabelecida por decisão precária, proferida em sede de Agravo de Instrumento, Processo nº 2012.00.2.005449-2, encaminhada à PMDF mediante Ofício nº 09511/2012 - 3ª Turma Cível, de 16/03/2012) até outubro de 2020, quando os pagamentos foram suspenso, por aquela Corporação Militar, após tomar conhecimento da Decisão TCDF nº 4361/2020.

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Portaria nº 746, de 20/07/2012, publicada no DODF de 21/10/2020, por meio do qual fora tornada sem efeito a Portaria nº 746, de 20/07/2012, publicada no DODF de 23/07/2012, que havia restabelecido o pagamento da pensão instituída pelo ex-Soldado PM RENATO WILSON MARTINS SILVEIRA, em favor da filha EMILLY DOS SANTOS MARTINS; II – considerar cumpridas as determinações constantes do item II (alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’) da Decisão nº 4361/2020; III – reiterar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cumpra o determinado nas alíneas ‘d’ e ‘e’ do item II da Decisão nº 4361/2020, vazada no seguinte modo: ‘O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...); II – determinar ao jurisdicionado que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas: (...), d) apurar, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas à pensionista em razão de decisão precária proferida nos autos da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 e do AGI 2012.00.2.005449-2, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão nº 661/2015, além das quantias pagas sem aparo em decisão judicial, em razão do trânsito em julgado desfavorável à beneficiária; e) indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa, no prazo de 30(trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno deste Tribunal’; IV – alertar o titular da PMDF para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das providências de sua alçada.”

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

13. Embora a PMDF tenha feito a apuração dos valores percebidos pela pensionista Emilly dos Santos Martins (e-doc FEADE637-c, peça 34), que chegou ao total de R\$ 494.381,50, não informou quais as providências foram adotadas para reaver os valores pagos indevidamente, de forma que a determinação do TCDF fora apenas parcialmente cumprida.
14. De acordo com o que consta na planilha de apuração (páginas 1/3 da peça 34) e nas fichas financeiras (páginas 5/22 da peça 34), na apuração consideraram-se os valores líquidos recebidos pela pensionista. Não fizeram parte da apuração os valores relativos aos compromissos da pensionista, descontados diretamente na folha de pagamento.
15. A determinação do Tribunal, constante na alínea 'd' do item II da Decisão nº 4361/2020, reiterada no item III da Decisão nº 1993/2021, para que sejam apurados os valores pagos à pensionista, para fim de ressarcimento ao erário, abrange os pagamentos em sua totalidade, de forma que além dos valores líquidos pagos à pensionista deve ser buscado também o ressarcimento dos valores relativos aos pagamentos consignados.
16. Antes de encaminhar ao Tribunal o Ofício Nº 233/2021 - PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSTEC, de 06/08/2021, a PMDF, por meio do Ofício Nº 287/2021 - PMDF/DGP/GAB/ATJ, de 01/07/2021, havia informado que após, receber o Ofício nº 9.302/2020-GP, por meio do qual lhe fora encaminhada a Decisão TCDF nº 4361/2020, encaminhara o Ofício nº 377/2020 (e-doc 09C8F418-c, peça 31), à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, com objetivo obter informações sobre a coisa julgada material na ação judicial nº 2012.01.1.018103-3 e no Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.005449-2.
17. De acordo com o relatado no Ofício Nº 287/2021 - PMDF/DGP/GAB/ATJ, de 01/07/2021, a PGDF respondeu que os desfechos dos processos judiciais mencionados no parágrafo anterior foram desfavoráveis à autora (pensionista Emilly dos Santos Martins) e que **restou definitivo o cancelamento da pensão**, mas não fez nenhuma referência a possível comunicado anterior encaminhado àquela Corporação para lhe dar ciência do desfecho das ações judiciais que davam sustentação ao pagamento da pensão.
18. Constatou ainda no Ofício Nº 287/2021 - PMDF/DGP/GAB/ATJ, de 01/07/2021, a indicação dos procedimentos realizados para o desfazimento, em definitivo, da pensão militar, inclusive a suspensão dos pagamentos, os quais não mais ocorreram desde o recebimento da Decisão TCDF nº 4361/2020 (outubro de 2020).
19. Nos ofícios acima mencionados, a PMDF salientou a impossibilidade de cumprimento da letra 'e' do Item II da Decisão nº 4361/2020, reiterado no item III da Decisão nº 1993/2021 (indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa) e solicitou o arquivamento de eventual responsabilização de agente público daquela Corporação militar. Como justificativa, alegou que, o Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF pauta sua ação administrativa pela observação do devido formalismo processual e cumpre as decisões judiciais quando recebe comunicado do órgão judicial do Distrito Federal ou quando recebe comunicado diretamente da autoridade judicante. Assim, para o caso tratado nos presentes autos, recebera a determinação judicial para o pagamento da pensão diretamente do TJDF. Contudo, apenas tomara ciência da determinação em sentido inverso, ou seja, do trânsito em julgado de sentença desfavorável à pensionista, ao receber a Decisão TCDF nº 4361/2020. Quando foram tomadas as providências para cessar imediatamente os pagamentos da pensão.
20. Sendo assim, nos pagamentos da pensão a Emilly dos Santos Martins, teria ocorrido plena boa-fé daquela administração castrense. O que seria reforçado com o posicionamento da Controladoria Geral do Distrito Federal que encaminhara ao TCDF, com sugestão de regularidade, a análise da manutenção do benefício pensional decorrente da decisão judicial.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

21. Apesar de a PGDF ser o órgão responsável pelas questões judiciais em que o Distrito Federal é parte, excluídos os casos que correm em segredo de justiça, é possível acompanhar o andamento dos processos judiciais nos sítios eletrônicos dos diversos órgãos que compõem o Poder Judiciário, de modo que a falta de comunicação oficial da PGDF não exime os órgãos do complexo administrativo distrital de responsabilidades por realização de pagamentos com base em decisões judiciais revogadas.”

9. A Área Técnica esclareceu que, considerando que a jurisdicionada manteve os pagamentos do benefício pensional porque não havia recebido comunicação oficial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal informando que a Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 havia transitado em julgado com desfecho desfavorável para a pensionista, sugeriu ao Tribunal que, excepcionalmente, considerasse **superada** a determinação contida no item II.e da Decisão nº 4.361/2020 e acolhesse a solicitação de arquivamento de eventual responsabilização de agente público da PMDF, sem prejuízo de esclarecer ao órgão sobre a necessidade de acompanhar o andamento das ações judiciais que dão sustentação a pagamentos de reformas e pensões militares, e ainda, que determinasse à jurisdicionada, com o auxílio da PGDF, que adotasse as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário distrital.

10. Mencionou que a Terceira Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal se manifestou de forma parcialmente convergente, conforme Parecer nº 58/2022-G3P (Peça nº 41), cujo conteúdo segue abaixo:

“20. Observo que, embora a jurisdicionada tenha feito a apuração dos valores ilegitimamente percebidos pela pensionista Emily dos Santos Martins (e-doc FEADE637-c, peça 34), no importe de R\$ 494.381,50, tal valor não contempla a totalidade do débito, já que indevidamente excluídas do cálculo parcelas atinentes a empréstimos consignados. Além disso, não foram informadas as providências adotadas para reaver tais valores.

21. Desta feita, a PMDF deve ser novamente instada a comprovar a adoção das providências tendentes ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos à pensionista, sob pena de multa, além de ser chamada a retificar seu quantum debeatur, já que sua planilha acostada aos autos desconsiderou consignados tomados pela beneficiária.

*22. Tendo em vista a alegação da PMDF, de que não sustou os pagamentos em função da sua não cientificação a respeito da cassação da liminar que os reestabelecera, por parte da PGDF, **divirjo da sugestão de arquivamento proposta pela unidade técnica, relativamente ao que determinado no Item II, ‘e’, da Decisão nº 4361/2020.***

*23. Entendo necessário **que se diligencie junto à PGDF a veracidade de tal alegação e, em caso afirmativo, que se identifique o responsável por negligenciar tal dever de informação no âmbito daquele órgão de advocacia pública, para que apresente defesa, ante o risco de imputação de multa.***

*24. Diante do exposto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, **opina pelo acolhimento parcial da sugestão emanada da Área Técnica, com a ressalva do parágrafo antecedente.**”* Grifos originais.

11. Em sequência, registrou que o i. Conselheiro-Relator emitiu Voto (Peça nº 42), em que não acolheu as sugestões dos órgãos técnico e ministerial, sugerindo a reinstrução dos autos, em face do entendimento do e. **STF** pela constitucionalidade do instituto de pensão militar por morte ficta, como é o caso dos autos. A propósito, a deliberação da Corte:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar a reinstrução dos autos para elaboração de estudos acerca dos efeitos do julgamento do STF, na ADI4507, no tocante às deliberações desta Corte acerca da matéria; II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.”

12. Considerando que a matéria acerca dos estudos especiais para avaliar os efeitos do julgamento do c. **STF**, na ADI 4.507, ainda estava sendo discutida neste Tribunal, por meio do Processo nº 00600-00004027/2022-17, houve o sobrestamento da análise deste processo.

13. Prosseguindo em sua análise, o Corpo Técnico consignou o seguinte:

“17. A jurisdicionada tomou ciência² da decisão citada em 13/04/2022.

18. Em resposta, encaminhou o Ofício nº 435/2022 – PMDF/GCG/SAD/CH, de 20/04/2022³, com os anexos Ofício nº 250/2021 – PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSTEC, de 13/08/2021¹⁰, e a Nota Técnica nº 16/2022 – PMDF/DCC/AUD/STCE/SSADE11, de 21/01/2022.

19. Por meio do Ofício nº 435/2022 – PMDF/GCG/SAD/CH, de 20/04/2022, a PMDF informou que, em atenção ao Ofício nº 2605/2022-GP, adotou os procedimentos devidos, acrescentando que:

‘(...) bem como foi encaminhado o Ofício N.º 250/2021 - PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSTEC (85523592) através do Processo SEI nº 00054-00097183/2021-11, a este relacionado, ao que concluiu nos termos da Nota Técnica N.º 16/2022 - PMDF/DCC/AUD/STCE/SSADE (85523919), in verbis:

“A fim de assegurar a transparência da gestão de bens e valores públicos e em decorrência da necessidade de se prestar contas, sugere-se pelo encaminhamento da demanda à Seção de Tomada de Contas Especial – STCE/Auditoria para decisão quanto à instauração da competente Tomada de Contas Especial, nos termos do inciso VII, do artigo 6º, da Instrução Normativa nº 03, de 15/12/2021, do Tribunal de Contas do Distrito Federal.”

20. O Ofício nº 250/2021 – PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSTEC, de 13/08/2021, foi encaminhado no âmbito da PMDF, na época em que a ex-pensionista perdeu a ação na segunda instância o pedido de pensão, solicitando a abertura de procedimento administrativo a título de ressarcimento ao erário, para devolução dos valores que foram recebidos indevidamente pela ex-pensionista, referentes à pensão militar.

21. E a Nota Técnica nº 16/2022 – PMDF/DCC/AUD/STCE/SSADE12, de 21/01/2022, foi emitida pela Subseção de Análise de Dados ao Erário da Auditoria da PMDF, em referência ao processo SEI nº 00054-00097183/2021-11, para atualizar o valor devido pela percepção indevida de valores a título de Pensão Militar pela interessada, do período de 01/04/2012 a 30/09/2020, tendo resultado no valor de R\$ 694.409,86 (atualizado em 21/01/2022).

22. Destacam-se da Nota Técnica as seguintes medidas administrativas internas que foram adotadas:

“Após o recebimento deste Processo SEI, foram diversas as tentativas de convocação dos responsáveis pela menor EMILLY, as quais, todas resultaram infrutíferas, conforme Termo de Diligência, onde o Sr. RENATO, pai da menor, comprometeu-se a comparecer dia 25/08/2021, porém se fez ausente (68287181). De igual forma, em 10/01/2022 foi encaminhado e-mail contendo Carta de Convocação aos responsáveis, porém, não respondido (77664886). No mesmo dia 10/01/2022, integrantes da Auditoria da PMDF compareceram no endereço constante dos dados cadastrais da Corporação, com o fim de entregar a Carta

² Conforme Ofício nº 2605/2022-GP, de 12/04/2022, e recibo de entrega do Sistema SEI datado de 13/04/2022, juntados às peças 44 e 45, respectivamente, e-DOC's 75889977-c e 45A0C969-e

³ Ofício nº 435/2022 – PMDF/GCG/SAD/CH juntado à peça 46, e-DOC 6A1B1D3D-c



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

de Convocação, porém, no local foram recebidos por uma terceira pessoa, a qual informou que naquela residência ‘não morava a Sra. ELIANE, sem o Sr. RENATO e que não conhecia nenhum dos dois’ (Certidão 77665101).

O valor atualizado do prejuízo gerado ao Erário é de R\$ 694.409,86 (seiscentos e noventa e quatro mil quatrocentos e nove reais e oitenta e seis centavos), obtido a partir dos valores especificados na planilha emitida pela Diretoria de Pessoal Militar/PMDF (67906302) e atualizado pelo Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores - SINDEC/TCDF (78373033).

Repita-se, na fase de Instrução Prévia de Tomada de Contas Especial, a referida ex- pensionista e seus responsáveis legais não foram localizados conforme Certidão (77665101).” (Grifo original)

23. *Por fim, a Nota Técnica concluiu pelo ‘encaminhamento da demanda à Seção de Tomada de Contas Especial – STCE/Auditoria para decisão quanto à instauração da competente tomada de contas especial, nos termos do inciso VII, do artigo 6º, da Instrução Normativa nº 03, de 15/12/2021, do Tribunal de Contas do Distrito Federal’.*”

14. Registrou que, após a análise de mérito do Processo nº 00600-00004027/2022-17, foi proferida a Decisão nº 3.183/2023, sendo o motivo do sobrestamento deste feito superado. Eis, a propósito, o conteúdo da Decisão da Corte no feito:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto do 1º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – conhecer do estudo especial em apreço, considerando atendida a demanda constante da Decisão TCDF n.º 1.233/22, exarada nos autos do Processo n.º 3.598/20-e; II – em face dos efeitos vinculantes e da eficácia ‘erga omnes’ do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de improcedência da ADI n.º 4.507/DF (cujo acórdão publicou-se no DJE de 21.03.22), com declaração de constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 10.486/02 – que trata da hipótese de concessão de pensão a herdeiros/dependentes de militar distrital (com mais de dez anos de serviço) licenciado ou excluído a bem da disciplina da Corporação (‘morte ficta’) -, ao se compreender afastada a alegação de vício de inconstitucionalidade formal daquela norma, no que diz respeito a ter sido introduzida por emenda parlamentar no processo legislativo de conversão em lei da medida provisória de origem (MPv n.º 2.218/01) e gerar aumento de despesa vedado em matéria de iniciativa legislativa reservada ao Poder Executivo, considerar que não mais possuem eficácia jurídica tanto a Decisão n.º 3.046/07 quanto a Decisão n.º 4.091/10, deste Tribunal de Contas; III – autorizar: a) a ciência desta decisão ao **Governador** do Distrito Federal, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, esses dois últimos, com vistas ao efetivo conhecimento por seus respectivos integrantes; b) a restituição do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, para fins de arquivamento. O 2º Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, anuiu, nesta assentada, ao voto do Relator. (Grifo original)”*

15. Mencionou, ainda, que, nesse Processo nº 00600-00004027/2022-17 concluiu-se apenas que, com a declaração de constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002, **não mais possuem eficácia jurídica tanto a Decisão nº 3.046/2007 quanto a Decisão nº 4.091/2020, sob as quais tinham por inválidas as concessões de pensão militar por “morte ficta”.**

16. A fim de garantir maior clareza processual no presente caso, foi aguardado o desfecho do Processo nº 00600-00008579/2022-02, que tratou de uma consulta formulada pela PMDF. Esta consulta teve o objetivo de esclarecer dúvidas quanto aos efeitos práticos da



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

decisão proferida pelo e. Supremo Tribunal Federal na ADI 4.507/DF, incluindo o fato gerador do direito, o momento dos efeitos financeiros e o fundamento legal correspondente. Segue descrita abaixo a Decisão da Corte acerca deste Processo (Decisão nº 1.006/2024):

“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 16, VI, e 106 do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento da Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – conhecer da consulta formulada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, mediante o Ofício nº 170/2022 - PMDF/GCG/SAD/CH, de 12.04.2022, reiterado pelo Ofício nº 237/2023 - PMDF/GCG/AJL, de 27.04.2023, eis que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal; II – conhecer, ainda, do Ofício nº 79/2023 – CBMDF/GABCG, de 17.01.2023, com os anexos que o acompanham; III – responder ao órgão consulente que, quanto aos questionamentos feitos nos autos em exame: a) não mais possuem eficácia jurídica tanto a Decisão TCDF nº 3.046/2007, quanto à Decisão TCDF nº 4.091/2010, conforme assentado pela Decisão TCDF nº 3.183/2023; b) será devida pensão militar aos herdeiros/dependentes de militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da corporação a partir da vigência da Lei nº 10.486/2002, desde que preenchidos os demais requisitos legais; c) os herdeiros/dependentes do militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da corporação que tiverem cumprido os requisitos da lei farão jus ao benefício a partir do respectivo ato da autoridade competente, desde que ocorrido após a edição da Lei nº 10.486/2002, podendo requerê-lo a qualquer tempo, ressalvada a prescrição quinquenal sobre os valores retroativos; IV – autorizar: a) a teor do artigo 5º da Resolução TCDF nº 219/2011, a inclusão na tabela de fundamentos legais do módulo Concessões do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC de fundamentação legal específica referente à hipótese de que trata a alínea ‘b’ do item III retro (pensão militar aos herdeiros de militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da corporação, com base no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002); b) que se dê ciência desta decisão ao órgão consulente e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com vistas, do mesmo modo, ao conhecimento por seus respectivos integrantes, como também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, em virtude das competências e atribuições institucionais que lhes são reservadas no tocante à matéria previdenciária em questão; c) o arquivamento dos autos.”

17. Ademais, asseverou que, com o entendimento firmado pelo e. STF no âmbito do julgamento da ADI 4.507/DF, com a declaração da constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002, será devida a pensão militar aos herdeiros/dependentes de militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da Corporação a partir da vigência da Lei nº 10.486/2002, desde que que preenchidos os demais requisitos legais, sendo que tais herdeiros/dependentes farão jus ao benefício a partir do respectivo ato da autoridade competente, desde que ocorrido após a edição da Lei nº 10.486/2002, podendo requerê-lo a qualquer tempo, ressalvada a prescrição quinquenal sobre os valores retroativos.

18. Prosseguindo em sua análise, a Unidade Técnica fez os seguintes apontamentos sobre o Processo nº 00600-00008579/2022-02-e, em que foi juntada a Informação Técnica nº 55/2023-DIFIPE2:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

“34. Entretanto, diante de um caso em que a demanda também foi discutida em processo judicial com trânsito em julgado, a Unidade Técnica havia se manifestado nos seguintes termos, como constou na Informação nº 55/2023 – DIFIPE2, datada de 20/09/2023⁴, proferida no Processo nº 8579/2022-02:

‘83. Quanto ao cerne da matéria, importa considerar que, embora decisão definitiva tomada em sede de controle abstrato de (in)constitucionalidade possa estar impregnada de efeito vinculante, logo, imperativa para os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (conf. art. 102, § 2º, da CRFB/88), tal efeito não se revela apto, por si só, a desconstituir, reflexa e automaticamente, sentenças/decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente.

84. Ao ver desta unidade técnica, como o citado efeito vinculante surge ao se declarar a constitucionalidade da norma de amparo questionada, esse efeito afigura-se tão somente prospectivo (eficácia temporal *ex nunc*), ou seja, começa a operar da decisão definitiva do STF (mais especificamente, da publicação do respectivo acórdão no Diário Oficial – conf. art. 28 da Lei 9.868/1999) em diante, não atingindo, pois, atos passados.

85. A propósito dessa abordagem, calha observar que a Suprema Corte, em sede de repercussão geral (RE 730.462/SP67 – Tema 733-RG), definiu a impossibilidade de declaração proferida na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade modificar decisões anteriores, transitadas em sentido contrário (coisa julgada material), sem que haja o ajuizamento de ação rescisória própria. A tese de repercussão geral então aprovada restou fixada nos seguintes termos:

“A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (art. 495).”

86. A par disso, em relação, primeiramente, às decisões judiciais passadas em julgado que possam estar contrárias ao superveniente entendimento fixado pelo STF quanto à constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002 (ADI 4.507/DF), pode-se afirmar que só poderiam ser desconstituídas mediante ajuizamento de específica ação autônoma de impugnação (ação rescisória), desde que utilizada esta, no entanto, pelo interessado, no prazo decadencial definido em lei, pois, esgotado referido lapso temporal, estar-se-ia diante da coisa soberanamente julgada, que se revela insuscetível de modificação ulterior. Neste caso, tem-se juízo convergente, na essência, com o esposado no Parecer nº 354/2022 – PGDF/PGCONS.

87. Lado outro, no que tange às decisões administrativas denegatórias do inquinado direito à pensão militar por “morte ficta” no âmbito distrital (sejam as tomadas pelas corporações militares locais, sejam aquelas diretamente obstadas por este Tribunal de Contas), ainda que tais decisões não possuam o atributo da coisa julgada, entende-se que não possam ser consideradas inválidas (desprovidas de efeitos jurídicos), automaticamente, com a declaração de constitucionalidade do multicitado preceito normativo de amparo, o que vem de ser contrário ao consignado no referido opinativo.’

35. Por fim, propôs que fosse dada a seguinte orientação aos órgãos jurisdicionados:

‘110. Em complemento, propõe-se que se agregue a essas respostas, a título de orientação às jurisdicionadas, tal como constou no aludido Parecer nº 354/2022

⁴ 3 Informação juntada à peça 25 (e-DOC 2DE58110-e) do processo nº 8579/2022-02.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

- PGDF/PGCONS, que, à luz da tese de repercussão geral fixada pela Suprema Corte quanto ao Tema 733 (RE 730.462-RG), as decisões judiciais passadas em julgado porventura contrárias ao superveniente entendimento fixado pelo STF quanto à constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002 (ADI 4507/DF) somente podem ser desconstituídas mediante ajuizamento de específica ação autônoma de impugnação (ação rescisória), por iniciativa dos interessados, devendo as corporações militares distritais observarem os respectivos pronunciamentos judiciais, abstendo-se de promover qualquer alteração de entendimento em desacordo com o que neles estiver expresso.'

19. Ato contínuo, o Corpo Técnico destacou que no Processo nº 00600-00008579/2022-02 não se tratou acerca das pensões militares cujo mérito tiveram como objeto as decisões judiciais com trânsito em julgado, acrescentando que não foi essa questão o objeto de questionamento na consulta apresentada pela PMDF.

20. Ademais, registrou que recentemente houve posicionamento da Unidade Técnica no mesmo sentido no Processo nº 00600-00009782/2021-15-e ainda em tramitação.

21. Assim, apresentou as seguintes sugestões ao Plenário:

“I) tomar conhecimento dos documentos apresentados pelo órgão jurisdicionado, juntados às peças 27 a 36 e 46 a 48 do processo nº 3598/2020-72;
II) considerar parcialmente cumprida a determinação constante da alínea ‘d’ do item II da Decisão nº 4.361/2020, reiterada no item III da Decisão nº 1.993/2021;
III) excepcionalmente, considerar superada a determinação contida na alínea ‘e’ do item II da Decisão nº 4.361/2020, reiterada no item III da Decisão nº 1.993/2021, e acolher a solicitação de arquivamento de eventual responsabilização de agente público da PMDF, sem prejuízo de esclarecer ao órgão sobre a necessidade de acompanhar o andamento das ações judiciais que dão sustentação a pagamentos de reformas e pensões militares, para evitar futuras responsabilizações por pagamentos indevidos decorrentes de decisões judiciais revogadas;
IV) determinar à jurisdicionada que continue adotando as providências já iniciadas visando a obter o ressarcimento ao erário distrital dos valores recebidos indevidamente pela ex-pensionista Emilly dos Santos Martins (tanto os valores líquidos pagos à ex-pensionista quanto os valores relativos aos compromissos dela pagos diretamente na folha de pagamento), com o auxílio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, se for o caso, o que poderá ser objeto de verificação em futura fiscalização; e
V) determinar o arquivamento dos autos.”.

22. Após este relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

23. Procedo, no momento, a uma pequena digressão no tempo para destacar o que se aprecia neste feito.

24. A Lei nº 10.486/2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do DF e dá outras providências, foi resultado da conversão da Medida Provisória nº 2.218/2001. Quando dessa conversão, foi acrescido ao texto, por **emenda parlamentar**, o parágrafo único ao art. 38, que assim estabelece:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

“Art. 38. O beneficiário a que se refere o item III do art. 37 poderá ser instituído a qualquer tempo, mediante declaração na conformidade com as regras constantes nesta Lei ou testamento feito de acordo com a lei civil, mas só gozará de direito à pensão militar se não houver beneficiário legítimo.

Parágrafo único. Nas mesmas condições do caput, o militar contribuinte da pensão militar com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina, em virtude de ato da autoridade competente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente, conforme as condições do art. 37.”

25. Pois bem. Essa Corte de Contas, ao se debruçar sobre as concessões de pensão por **morte ficta**, fixou o entendimento conforme a seguir:

Decisão nº 3.046/2007

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - dar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público junto à Corte; II - reformar a Decisão nº 6.217/2006, para considerar que, após o advento da Lei nº 10.486/2002, não mais subsiste a possibilidade de concessão de pensão militar por morte ficta; III - com fundamento na Súmula nº 347 do Supremo Tribunal Federal e nos precedentes daquela Corte (ADI-MC 2364 - AL, ADI-MC 776 - RS e ADI-MC 1291-DF, ADI 2.118-MC, RE 290.776, ADI 2.113-MC, ADI 2.170,) considerar que o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486, de 04.07.2002, inserido mediante iniciativa parlamentar, não guarda conformidade com a Constituição Federal (63, inciso I), por configurar usurpação do poder de iniciativa reservado ao Senhor Presidente da República; IV - dar ciência desta decisão ao Chefe do Poder Executivo distrital e aos Senhores Procurador-Geral e Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo improvimento do recurso, no que foi seguida pelo Conselheiro JORGE CAETANO.”

Decisão nº 4.091/2010

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – nos termos da Decisão TCDF nº 3046/2007 e do art. 5º da Lei nº 9.717/98, considerar ilegal a concessão da pensão militar versada nos autos, com recusa do registro, por falta de amparo legal; II – nos termos do 78, inciso X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, autorizar a devolução dos autos apensos à Polícia Militar do Distrito Federal, juntamente com cópia do relatório/voto da Relatora e desta decisão, com determinação no sentido de que sejam adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei; III - alertar a Polícia Militar do Distrito Federal sobre a impossibilidade da concessão, com base no art. 36, § 3º, inciso I, da Lei nº 10.486/02, com redação dada pela Lei nº 10.556/02, de pensão militar instituída por militar excluído da Corporação, a bem da disciplina (morte ficta), a partir de 05/09/01. Decidiu mais, acolhendo proposição do Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto da Relatora.”

26. Posteriormente, no entanto, foi ajuizada pelo Exmo. Sr. Governador do DF Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o e. **STF, questionando diversos dispositivos da Lei nº 10.486/2002, dentre os quais o parágrafo único do art. 38.**

27. Ao apreciar o mérito da ADI, o e. **Tribunal Pleno** da c. **Corte Suprema** assim decidiu:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.218/2001 CONVERTIDA NA LEI N. 10.486/2002. REMUNERAÇÃO DOS



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

*MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. EMENDA PARLAMENTAR AO PROJETO DE CONVERSÃO: ACRÉSCIMO DO PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 38. PENSÃO MILITAR DEVIDA AOS HERDEIROS DO POLICIAL OU BOMBEIRO MILITAR LICENCIADO OU EXCLUÍDO A BEM DA DISCIPLINA. INEXISTÊNCIA DE AUMENTO DE DESPESA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA RESGUARDADA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: PROTEÇÃO DOS DEPENDENTES DO MILITAR AFASTADO DA CORPORAÇÃO. AÇÃO JULGADA **IMPROCEDENTE**.*”

(STF, ADI nº 4.507/DF, Tribunal Pleno, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 21/3/2022).

28. Firmou-se o entendimento, portanto, de que o disposto no parágrafo único do art. 38 é **constitucional**.

29. Com base nesse julgado, o TCDF prolatou as **Decisões nºs 3.183/2023 e 1.006/2024**, já transcritas no Relatório supra, que, em síntese, fixaram o seguinte entendimento:

“a) não mais possuem eficácia jurídica tanto a Decisão TCDF nº 3.046/2007, quanto à Decisão TCDF nº 4.091/2010, conforme assentado pela Decisão TCDF nº 3.183/2023;

b) será devida pensão militar aos herdeiros/dependentes de militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da corporação a partir da vigência da Lei nº 10.486/2002, desde que preenchidos os demais requisitos legais;

c) os herdeiros/dependentes do militar distrital com mais de 10 (dez) anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina das fileiras da corporação que tiverem cumprido os requisitos da lei farão jus ao benefício a partir do respectivo ato da autoridade competente, desde que ocorrido após a edição da Lei nº 10.486/2002, podendo requerê-lo a qualquer tempo, ressalvada a prescrição quinquenal sobre os valores retroativos”.

30. O caso dos presentes autos foi discutido na Ação de Conhecimento nº 2012.01.1.018103-3, resultando em uma **sentença desfavorável à pensionista**, apesar de ter sido autorizado o pagamento do benefício precariamente com o deferimento de tutela provisória no Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.005449-2. A apelação interposta foi desprovida (Acórdão nº 831993) e os recursos especial e extraordinário, assim como os respectivos agravos, foram indeferidos. O trânsito em julgado ocorreu em **8/12/2015**.

31. Em razão disso, o TCDF prolatou as **Decisões nºs 4.361/2020 e 1.993/2021**, **in litteris**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar ilegal a concessão em exame, com recusa de registro, em face do trânsito em julgado da Ação nº 2012.01.1.018103-3 desfavoravelmente à pensionista; II – determinar ao jurisdicionado que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas: a) tornar sem efeito o ato publicado no DODF de 23/07/2012 (Portaria nº 746, de 20 de julho de 2012), que restabeleceu a pensão, tendo em vista o trânsito em julgado da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 desfavoravelmente à interessada; b) anular, no SIRAC, o Ato nº 002731-1; c) **suspender os pagamentos** referentes à concessão em exame de pensão, em cumprimento ao decidido na Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3; d) apurar, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas à pensionista em razão de decisão precária proferida nos autos da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 e do AGI*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

2012.00.2.005449-2, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão nº 661/2015, além das quantias pagas sem aparo em decisão judicial, em razão do trânsito em julgado desfavorável à beneficiária; e) indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno deste Tribunal; III – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para as providências de sua alçada.”

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Portaria nº 746, de 20/07/2012, publicada no DODF de 21/10/2020, por meio do qual fora tornada sem efeito a Portaria nº 746, de 20/07/2012, publicada no DODF de 23/07/2012, que havia restabelecido o pagamento da pensão instituída pelo ex-Soldado PM RENATO WILSON MARTINS SILVEIRA, em favor da filha EMILLY DOS SANTOS MARTINS; II – considerar cumpridas as determinações constantes do item II (alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’) da Decisão nº 4361/2020; III – reiterar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cumpra o determinado nas alíneas ‘d’ e ‘e’ do item II da Decisão nº 4361/2020, vazada no seguinte modo: ‘O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...); II – determinar ao jurisdicionado que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas: (...), d) apurar, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas à pensionista em razão de decisão precária proferida nos autos da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 e do AGI 2012.00.2.005449-2, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão nº 661/2015, além das quantias pagas sem aparo em decisão judicial, em razão do trânsito em julgado desfavorável à beneficiária; e) indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno deste Tribunal’; IV – alertar o titular da PMDF para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das providências de sua alçada.”

32. Este Representante do Parquet especial entende corretas as deliberações da Corte em relação à ilegalidade da concessão, mormente diante do trânsito em julgado da decisão judicial desfavorável à pensionista. A esse respeito, deveria a interessada manejar a medida judicial cabível para tentar reverter a deliberação judicial, não havendo como o Tribunal decidir de forma diversa, ainda que com a superveniente decisão do e. STF no controle concentrado de constitucionalidade.

33. A esse respeito, recorde-se o deliberado também pela Corte Suprema no tema 733 de Repercussão Geral:

Tema 733 - Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.

RE 730.462, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki

Descrição:

Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, XXXVI, e 102, § 2º, da Constituição federal, a **eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.**

Tese:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495).

34. **Mutatis mutandis**, entende o MPC/DF que lógica do julgado supra pode ser aplicado ao caso concreto, devendo a pensionista buscar meios para desconstituir a decisão judicial transitada em julgado.

35. Ultrapassada essa questão, avalia-se, nesse momento, o cumprimento das diligências determinadas pelo Plenário nas supracitadas Decisões.

36. No tocante aos **itens II.a, II.b e II.c da Decisão nº 4.361/2020**, observo que o ato que restabeleceu a pensão, publicado no DODF de 23/7/2012, foi tornado sem efeito (Peça 18); o Ato Eletrônico nº 002731-1, conforme disposto na Peça 16, foi anulado; e os pagamentos da pensão militar à beneficiária foram suspensos (Peça 17). Desta forma, considero que os itens mencionados foram atendidos.

37. Entretanto, foi verificado o não atendimento dos **itens II.d e II.e** da Decisão supracitada, **mesmo após o trânsito em julgado do Acórdão nº 831993-TJDFT, proferido na Ação de Conhecimento nº 2012. 01.1.018103-3.**

38. A propósito, diligenciou-se o seguinte:

“d) apurar, com vistas ao ressarcimento ao erário, as quantias pagas à pensionista em razão de decisão precária proferida nos autos da Ação Judicial nº 2012.01.1.018103-3 e do AGI 2012.00.2.005449-2, tendo em vista o entendimento consubstanciado na Decisão nº 661/2015, além das quantias pagas sem aparo em decisão judicial, em razão do trânsito em julgado desfavorável à beneficiária;

e) indicar o responsável pela manutenção dos pagamentos irregulares, para que apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno deste Tribunal;”

39. Quanto à alínea **e**, converge o MPC/DF, nessa oportunidade, com a análise da Instrução, para considerar superada a determinação. Igualmente, reputo pertinente a determinação para que a PMDF dê cumprimento à alínea **d** acima, **o que será objeto de verificação em futura auditoria.**

40. No tocante ao atendimento da **Decisão nº 1.233/2022**, que determinou a reinstrução dos autos, a Unidade Instrutiva destacou que, para dar cumprimento à diligência, havia a necessidade de aguardar o desfecho do Processo nº 00600-00004027/2022-17, cuja matéria ainda estava sendo discutida quanto aos efeitos do julgamento da ADI 4.507/DF.

41. O sobrestamento deste feito foi superado com a Decisão nº 3.183/2023 já mencionada, que assinalou não possuir mais eficácia jurídica nem a Decisão nº 3.046/2007 e tampouco a Decisão nº 4.091/2010. No mesmo sentido caminhou a transcrita Decisão nº 1.006/2024.

42. No presente caso, em virtude da **decisão definitiva do Poder Judiciário**, **não se discute mais o direito ao benefício da pensão militar à pensionista instituída pelo ex-militar**, com mais de 10 anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina da PMDF, conforme



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

previsto no art. 38 da Lei nº 10.486/2002. Transitada em julgado a decisão definitiva no âmbito do e. **TJDFT**, **apenas mediante ação rescisória poderá o título judicial ser desconstituído.**

43. Desse modo, o quanto deliberado pelo e. **STF** no controle concentrado **não deve interferir no presente feito**, uma vez que a matéria foi definitivamente apreciada no e. **TJDFT**, **com decisão transitada em julgado em desfavor da beneficiária.**

44. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas propõe ao Plenário:

I) tomar conhecimento:

a. dos documentos apresentados pelo órgão jurisdicionado, juntados às peças 27 a 36 e 46 a 48;

b. da Informação nº 47/2024-2ª DIFIPE e do Parecer nº 539/2024-G3P/ML;

II) considerar:

a. em relação ao item II da Decisão nº 4.631/2020:

1. cumpridas as alíneas **a**, **b** e **c**;

2. não cumpridas as alíneas **d** e **e**, deixando de reiterar a determinação constante da alínea **e**;

b. atendido o item I da Decisão nº 1.233/2022;

III) reiterar à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) a determinação constante do item II.**d** da Decisão nº 4.361/2020, para que, com o auxílio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, adote medidas visando ao ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente, considerando que houve continuidade do pagamento da pensão militar mesmo após o trânsito em julgado do Acórdão nº 831993 em 8/12/2015, o que será objeto de verificação em futura fiscalização do TCDF;

IV) autorizar o arquivamento dos autos.

É o Parecer.

Brasília, 14 de agosto de 2024.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição